VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

SESSÃO REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2024

ATA NÚMERO SESSENTA E TRÊS

Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas e oito minutos, teve lugar a 3ª Reunião da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, da Sessão Ordinária iniciada em 28 de novembro de 2024, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa, a 1ª Secretária, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa, e a 2ª Secretária, Dália Miranda Lopes Eira.----------

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Andreia Maria Ferreira Teixeira, Carla Isabel Argueles Cáceres, Carlos Alberto Pinto Ribeiro, Carlos José Pinto Vergueiro, João Paulo Rebelo da Silva, Joaquim de Sousa Rocha, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Natália Maria Soares Gonçalves, Rui Pedro Fernandes Teixeira, Alcino de Sousa Lopes, Arménio José Pereira da Costa, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Manuel Paulo de Jesus Lopes, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria José Guerra Gamboa Campos, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Serafim da Silva Teixeira, José Fernando Santos Almeida, Carla Maria Rodrigues Costa, Joaquim Moreira Barbosa, Paulo José Melo Martins, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol, João Emanuel de Gouveia Martins, Nelson de Jesus Martins da Silva, André Araújo Ferreira e Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira. ----------

Faltaram, justificando a ausência sendo substituídos(as) pelo elemento disponível, os(as) seguintes deputados(as) municipais:, Abel Filipe Dias Gonçalves, substituído por Maria Rosalina Freitas Fernandes de Oliveira Santos, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, substituído por Manuel Benjamim Leite Soares, Jaime da Silva Quintas, substituído por José Manuel Silva Ferreira, Joaquim António Dias Tavares substituído por Sandra Sofia Martins Neves da Silva, Tiago Filipe da Costa Braga substituído por Bruno Miguel Monteiro Vieira de Oliveira, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, substituída por Júlia Dorinda Lima Sampaio, Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, sendo substituída por Ângela Manuela de Sousa Moreira, Jorge Manuel dos Santos Pereira, substituído por Alcides do Couto Pereira e Pedro Petiz de Castro Viana, sendo substituído por Ricardo André Nunes de Carvalho. ----------

Faltaram, justificando a ausência, sendo substituído(a) nos termos da Lei pelo seu representante legal, os(as) seguintes Presidentes de Junta: Alexandra Mónica Soares Amaro, substituída por José Carlos Almeida Morais Soares, Filipe da Silva Lopes, substituído por Joaquim José Pereira da Silva, João Morais de Sousa, substituído por Ana Silvina Baptista de Oliveira Almeida e Joaquim César Ramos Rodrigues.----------

Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues e os Senhores(as) Vereadores (as): José Valentim Pinto Miranda, Elísio Ferreira Pinto, Célia Maria Mendes Correia, Manuel de Oliveira Guedes Rui Manuel Alves da Rocha Pereira e Isabel Maria Carvalho Correia de Sousa. ----------

Estiveram ausentes, a senhora Vice-Presidente Marina Raquel Lopes Mendes e os senhores (as) Vereadores (as) José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar, Dário Soares Freitas da Silva e Paula Cristina Martins Carvalhal--

Ponto 1 - Público.----------

Senhora Manuel Ribeiro, União de Freguesias Santa Marinha e Afurada na sua intervenção disse ter pouca informação sobre as obras na Rua Alto das Oliveiras e Travessa de Santa Marinha, Vila Nova de Gaia, mostrou algumas fotografias, para que pudessem ver a situação em que a rua se encontrava e que os moradores viviam, conforme documento em anexo **(vide anexo 1)**.----------

Senhor Domingos Pinto, União de Freguesias Santa Marinha e Afurada na sua intervenção disse dar continuidade ao exposto, pelo senhor Manuel Ribeiro e em nome dos moradores da Rua e Travessa Alto das Oliveiras, Santa Marinha. Estavam a chegar ao fim de mais um ano, e olhando para trás, o que viam era tudo parado, no que se referia à continuidade das suas pretensões, conforme documento em anexo **(vide anexo 2)**.----------

Senhora Cátia Moreira, Freguesia de Vilar de Andorinho na sua intervenção disse ter ido com o seu filho de 16 anos, viver com o seu pai, para tomar conta dele pois estava cego, era alcoólico crónico e já estava com dificuldade em andar. Desde 2018 que fizera vários pedidos a Gaiurb para que a agregasse ao pai e ser a sua cuidadora informal e a transferissem para uma habitação adequada. Rejeitaram-lhe o primeiro pedido, dizendo que um T1 não era a tipologia adequada e que por isso, não a podiam juntar ao agregado. Houve outros pedidos, todos recusados, e sempre com a mesma justificação. Só através de denúncia à comunicação social é que a aceitaram como cuidadora do seu pai. Na altura disseram que colocasse uma cama na sala para o seu pai e para o seu filho. Pediu ajuda a uma advogada da Segurança Social em 2023, para que fosse cumprido o seu pedido, mas nem assim conseguiu e ainda foi acusada de oportunismo. O pai faleceu em

março do presente ano, informou do seu falecimento, e em abril recebeu uma carta de despejo. Como o processo ainda estava a decorrer em tribunal o despejo só ocorreu no dia 28 de novembro. Foi despejada com o seu filho e a Segurança Social esteve presente quando deveria garantir uma solução habitacional digna. Exigia que se cumprisse o seu direito e lhe dessem de imediato acesso à casa onde morou com o pai e onde ela e o filho tinham todas as coisas. Gostaria de poder passar lá o Natal e pedia ainda que iniciassem o seu processo transferindo-a para um T2, que era a tipologia adequada para si. ----------

Senhor Bernardo Alves, União de Freguesias Mafamude e Vilar do Paraíso na sua intervenção disse fazer parte de uma organização que lutava pela conquista popular do direito à habitação, e ia falar da situação da Cátia, mas também do problema de muitos outros moradores com quem contactavam e pelos problemas que enfrentavam no seu dia a dia. Solidarizavam-se com a Cátia e o que viam naquele processo era uma entidade pública a abusar do seu poder, que acusava sem fundamento os seus inquilinos, de oportunismo quando eles se mobilizavam para tratar de familiares doentes, quando o Estado não tinha capacidade para cuidar. O regulamento era inequívoco, que deveria ter sido concedida a agregação a Cátia e ela tinha o direito a ficar com a titularidade do contrato, após a morte do pai. No entanto, tinha sido posta na rua sem solução. Uma mãe solteira, inscrita na lista da Gaiurb, que teve de sair da casa onde estava e foi viver com a mãe, que vivia numa casa do município, e por esse motivo perdeu o acesso à lista, enquanto não lhe autorizavam que fosse incluída no agregado. Tudo isso contra o regulamento. Perguntava como poderia haver tantas casas vazias, quando existiam 1250 pedidos de habitação social em fila de espera. Com base nessa realidade, era difícil dizer que a Câmara de Gaia estava interessada em resolver os problemas de habitação dos seus munícipes. Mas um bom primeiro passo seria aceder às reivindicações colocadas pela Cátia e começar a tratar os inquilinos e candidatos a uma habitação com a dignidade que mereciam. ----------

Senhor Manuel Pinheiro, União de Freguesias Mafamude e Vilar do Paraíso na sua intervenção disse estar em representação do movimento Porta a Porta Casa para Todos. Começou por transmitir toda a solidariedade com a Cátia e com o seu filho, que foram despejados pela empresa municipal sem lhes ter sido apresentada uma alternativa de habitação digna. Infelizmente não era caso único, sendo mesmo ilustrativo do problema da habitação que existia em Gaia e a nível nacional. Sabiam o papel que as autarquias tinham na resolução daquele problema, mas também sabiam que a única entidade capaz de solucionar o problema de raiz era o governo. Mesmo com o investimento previsto, Gaia estava longe de responder às necessidades da sua população. Era urgente regular as rendas. Precisávamos de ter casas a preços que os salários conseguissem pagar. Era urgente que a Câmara proporcionasse condições para a criação de cooperativas de habitação, direcionadas à população e não aquelas que de cooperativa só tinham o nome, nomeadamente através da disponibilização de terrenos municipais. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues na sua intervenção deu os devidos esclarecimentos aos senhores munícipes e relativamente às questões que foram levantadas no que dizia

respeito ao Alto das Oliveiras, que era um processo que se arrastava desde 2019, num contexto em que assumiram algumas intervenções de emergência e algumas intervenções de requalificação. O concelho tinha de facto muitos problemas decorrentes de obras de infraestruturas e que deixaram um rasto de alguma necessidade de coser o território. Precisam fazer os projetos, de ter o dinheiro para fazer a obra. Reconheceu a necessidade de priorizar obra e atender ao conjunto de muitos outros sítios que estavam iguais ou piores e onde era preciso agir. O assunto pareceria não sair do papel, porque ele antes de ir para a rua tinha mesmo que estar no papel e ter algum carácter de opção. O país não era um país que conseguisse responder a tudo imediatamente. Relativamente à questão da habitação, e cingindo-se ao papel do autarca, não lhe competia entrar em processos sobre a globalização, sobre o capitalismo sobre os bancos, quando muito, num contexto mais alargado, no político partidário essa discussão pudesse ser feita. Portanto, apenas falar das competências do município. A Câmara não tinha nenhum poder de regulação de rendas, de estipular níveis de rendas, de intervir no mercado, de pôr o metro a aumentar ou a reduzir as rendas das casas. Sobre o tema que estava em causa e sobre a pessoa que estava em causa, embora lhe custasse estar a tratar de casos pessoais concretos, pois em termos públicos, achava que deveria haver alguma margem de privacidade, e achava que havia coisas que não poderia dizer, porque eram informações técnicas, a que não tinha acesso mas que achava que seriam algumas das coisas que foram ali referidas. Dizer que não havia nenhuma transferência de competências na área da habitação para a Câmara Municipal ou para as Câmaras Municipais. Houve transferência de competências na educação, na saúde, na ação social, nas zonas piscatórias, portuárias, na gestão de espaços de lazer, nomeadamente nas zonas ribeirinhas. Não havia nenhuma transferência de competências na habitação. Portanto, não sabia a quem se referiam quando falavam do falhanço na transferência de competências. Havia, sim uma disponibilidade financeira, assumida pelo Estado português, no âmbito do PRR, e que servia para fins muito específicos. O PRR não dava para tudo. Poderiam até, como país, não conseguir gastar o dinheiro na íntegra, mas isso não significava que se pudesse utilizar esse dinheiro para tapar buracos nas ruas ou para pôr candeeiros de iluminação pública, porque o dinheiro tinha um propósito. O que o PR tinha alocado foi uma quantidade significativa, a maior de sempre, de verba para a construção de habitação. Há bastante tempo tivemos o modelo do PER- Plano Especial de Realojamento que visava a renda acessível em concreto. Tinha tido uma resposta, que na altura visava fundamentalmente retirar as pessoas das ilhas, ou dos bairros de lata, mas teve reflexos negativos e positivos, porque permitiu ou levou a uma certa guetização ou a um agrupamento de pessoas que, em muitos casos, não foram previamente tratadas do ponto de vista da multiculturalidade e, criando no país verdadeiros barris de pólvora social que, à medida que atualmente iam eclodindo, iam fazendo essa análise e essa avaliação. Houve um hiato muito grande em que nada se fez pela habitação pública, até pelo preconceito de que a habitação pública não necessitava de grande empenho, porque o mercado resolvia tudo. Infelizmente, o tempo e a história mostraram que isso não era verdade, o mercado não resolvia tudo. Foi por isso que o

governo de Portugal, decidiu assumir uma parte muito significativa do PRR. O Governo anterior tinha-o feito e o governo atual também, na tentativa de resolver o problema pela criação de habitação para arrendamento acessível. O Município de Gaia tinha sido o segundo município do país, o segundo maior, a seguir a Lisboa, a conseguir ter o segundo maior pacote de investimento de habitação pública em Portugal, 143 milhões para habitação. Respondendo á proposta de conseguirem criar as condições para o surgimento de cooperativas, o presidente respondeu que o município não tinha absolutamente nada que pudesse fazer para fundar cooperativas de habitação, que não fosse respeitar a lei nos critérios de isenção fiscal. Apesar de tudo, esperava que não ignorassem que em Gaia havia cooperativas de habitação. Sugeriu que tratassem de assuntos concretos da Câmara Municipal e sugeria que os outros fossem tratados no Parlamento ou nas sedes dos partidos do qual cada um fazia parte. Não era o presidente da Câmara, nem a Câmara, enquanto órgão político, que dava ou tirava a habitação mas os técnicos. O presidente homologava a decisão técnica. Finalizando informou que relativamente á habitação estavam a ser construídas casas na Madalena, Serzedo e em Grijó. Tinham no momento contratualizados cerca de 85 milhões € dos 143 que tinham disponíveis e os outros estavam em concurso. Um concurso longo, burocrático, que tinha uma componente jurídicas de muito desgaste para toda a gente. Por isso, até 2026, as habitações iriam surgir. Quanto ás casas vazias, quando a Câmara assinava protocolos de financiamento, para construção de habitação pública, tinha que deixar um conjunto, uma percentagem de casas livres, que podiam ficar anos, mas tinham que ficar legalmente livres, para poderem socorrer situações de emergência social.-Elas estavam vagas, não porque os serviços não tivessem vontade de as entregar mas porque têm que estar vagas para, no dia em que acontecer uma pequena ou grande catástrofe, um problema sério de violência doméstica, a Segurança social mobilizasse essas casas para os objetivos que a lei previa. A agravar a situação tinham o problema dos inquilinos das casas que quando saiam arrancavam tudo. Ele como presidente de Câmara teria de gerir na base da realidade e não na base da demagogia. ----------

Ponto 3 - Período de Antes da Ordem do Dia ----------

O Senhor Presidente da Mesa apresentou um **Voto de Pesar** apresentado por todos os Grupos Municipais, "pelo falecimento de Heitor Carvalheiras", conforme documento em anexo **(vide anexo 3)**. ----------

Senhor Deputado João Emanuel de Gouveia Martins (BE) apresentou um, **Voto de Saudação**, "34 anos Libertação de Nelson Mandela", conforme documento em anexo **(vide anexo 4)**.----------

Senhor Deputado José Fernando Santos Almeida (PSD) apresentou um, **Voto de Recomendação**, "Instalação de Desfibrilhador Automático Externo (DAE) em locais públicos", conforme documento em anexo **(vide anexo 5)**. ----------

Senhor Deputado João Paulo Rebelo da Silva (PS) respondeu ao deputado que da parte do PS, em relação à proposta de recomendação dos desfibriladores, haveria algumas questões que se colocavam e que não tinham as condições técnicas de avaliar da sua implementação. Não parecia totalmente descabida a ideia, eram instrumentos necessários para salvar vidas. Deu exemplo do processo de certificação relacionado com a Federação Portuguesa de Futebol, os clubes de futebol que eram convidados a ter essa certificação, para que pudessem instalar os desfibrilhadores nas instalações que usavam. Portanto, havia uma série de mecanismos que iam acontecendo na sociedade, mas que implicavam sempre um contexto de formação, de localização e de utilização. Havia certificados que ficavam junto ao aparelho e que validavam as pessoas que os poderiam usar, por ex., um conjunto de questões que lhe pareciam merecer da parte de todos uma análise mais aprofundada. Era um tema demasiado sensível para falarem e sugeria não votarem a recomendação, mas antes conversarem e refletirem sobre o tema, e voltar em momento mais oportuno.----------

Senhor Deputado José Fernando Santos Almeida (PSD)D disse não haver problema nenhum em discutir noutro momento e eventualmente com mais esclarecimento. Estavam perfeitamente disponíveis para isso, mas os esclarecimentos poderiam ser dados ali. Deu alguns exemplos da sua aplicabilidade, nomeadamente nas praias que tinham os nadadores-salvadores e os socorristas, que poderiam ter formação em suporte básico de vida (SBV). Em certas situações era possível a Câmara promover uma formação (em SBV) a imensas pessoas (algumas das quais poderiam vir a operar um DAE). ----------

Senhor Deputado André Araújo Ferreira (CDU) começou por referir que a proposta lhes parecia correta, meritória, que não estava nenhuma avaliação sobre a questão do mérito da proposta e até partilhava dessa dimensão, que a proposta poderia e devia ser amadurecida nesse sentido porque os equipamentos, naturalmente, exigiam formação específica. Essa mesma formação era renovada ciclicamente e não era só sobre o aparelho de uma forma genérica, mas também sobre determinado tipo de aparelho. Os trabalhadores de um determinado local recebiam formação sobre o aparelho que estava instalado no seu local e havendo um aparelho diferente, noutro tipo de localização, poderia e deveria requerer outro tipo de formação adequada a esse mesmo equipamento específico. A recomendação, sozinha, naturalmente, mereceria a concordância da CDU que acompanhavam. No período do público e numa nota breve, normalmente a CDU não fazia a sua intervenção a partir de casos particulares e a partir da análise jurídica sobre casos particulares. Era política da habitação que os eleitos da CDU faziam a sua intervenção. E assim o fizeram repetidamente, naquilo que era tanto no quadro da reivindicação justa dessa obrigação do Estado central, o cumprimento do direito à habitação. Deveria falar-se dos 143 milhões para a habitação, gostava que o Presidente lhe respondesse em concreto se entendesse por conveniente. Uma das faces do testemunho era a dimensão do contacto, que os técnicos tiveram com aquela gaiense que os técnicos tiveram de uma alegação como ali foi levantada. É que quando uma pessoa, se oferecia, quando disponibilizava a sua família para ser cuidador de um idoso, seja sugerido que o fizesse por um caso de

aproveitamento, se era um caso particular era porque as pessoas precisavam de uma resposta da Câmara. Lamentava o tipo de respostas que estariam a ser dadas a partir das questões dos cuidadores informais porque as pessoas, quando se ofereciam à sua família para cuidar de um parente mais velho, não o faziam-na por uma questão de aproveitamento. Parecia-lhes que o que aconteceu era de uma gravidade que não podia ser ignorada. ----------

Senhor Deputado Paulo José Melo Martins (PSD) alertou o presidente da assembleia para aquilo que ficou acordado na reunião de líderes. O que ficou acordado era, que existiria essa discussão só e simplesmente para apresentar moções, votos de pesar e por aí adiante. Sabia da proximidade das eleições e que também alguns, aproveitavam o público para dar show-off. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia respondeu que lhe assistia a razão formal, mas, como certamente compreenderia, a atitude de se desviar, propositadamente e com fins políticos, do tema que estava em discussão, incumbia ao senhor Deputado André, que naturalmente assumiria essa responsabilidade. Entretanto, o senhor Presidente da Câmara ganhou o direito porque tinha sido diretamente interpelado, autorizando-o a responder. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues lembrou que o período antes da ordem do dia se transformaria, de facto, na segunda repetição do período público. Queria dizer que, se tudo isso fosse verdade, nomeadamente, essa coisa de aproveitamento e de oportunismo, seria o primeiro a dizer que era uma vergonha e daí perceber que o senhor deputado olhasse para aquilo numa perspetiva estritamente política. Ele presidente teria de olhar numa perspetiva claramente política, porque o seu cargo era político, mas tinha de cumprir a lei, e cumprir a lei significava confiar nos técnicos e que reconhecia que eles aturavam às vezes o inimaginável. Achava que ficou claro que os serviços fizeram diligência total. Uma pessoa morava num T1 em Valadares, foi-lhe diagnosticada uma doença e pediu proximidade à filha. Foi para Vila d'Este e a filha assumiu-se como cuidadora. Por isso é que tinha uma declaração dizendo que ficava mais perto do pai, para lhe prestar assistência. Não fazia parte do agregado, mas para lhe prestar assistência, pois tinha a sua casa em Jaca. Continuou a demonstrar a dificuldade da Câmara em realojar pessoas. Tinha 1500 pessoas, com deficientes, com idosos á espera e não admitia que o intimidassem, com manifestações á porta, para apoiarem aquela cidadã em particular. ----------

Senhor Deputado José Fernando Santos Almeida (PSD) disse querer dar um esclarecimento ao senhor deputado da CDU, não falaram em propor a atuação dos DAES sem uma formação adequada. Isso achava ter ficado claro. A formação não era em atuação, era como atuar com a formação em suporte básico de vida, que depois iria incluir na atuação do dia a dia. Relativamente a adiar, se os senhores deputados entendessem que precisavam de mais esclarecimentos não tinham problema nenhum em adiar para outra altura. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, disse ficar marcado que a próxima conferência de líderes tratar o assunto com a atenção e a pertinência que ele merecia. Assim estaria retirada a proposta, do PSD, para ser avaliada na próxima conferência de líderes. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o <u>Voto de Pesar</u>, apresentado pela Mesa e por todos os Grupos Municipais, "pelo falecimento de Heitor Carvalheiras", ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o <u>Voto de Saudação</u>, apresentado pelo Grupo Municipal do BE, "34 anos Libertação de Nelson Mandela".----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

Foi o <u>Voto de Recomendação</u>, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, Instalação de Desfibrilhador Automático Externo (DAE) em locais públicos", **retirado a pedido do Deputado do Grupo Municipal do PSD.** ----------

<u>4.29. da Ordem de Trabalhos</u> ""Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Programa Municipal de estágios remunerados (PMER) – Edição 2024 – Aprovação da composição do júri e atualização da percentagem a considerar na atribuição da Bolsa dos Estágios".----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o <u>Ponto 4.29.</u> ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 46 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do CDS-PP, 02 do BE, 02 CDU, 01 do CH e 01 do PAN) e 01 abstenção da IL.----------

4.30. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao 2º Edital de Oferta Pública de Aquisição de Imóveis para implementação de projetos no âmbito do Investimento RE-C02-I01/2021 - Componente 02 – Habitação – Parte A – Aprovação do Relatório Final e da Minuta Tipo de Escritura de Compra e Venda". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4.30.** ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 46 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do CDS-PP, 02 do BE, 02 CDU, 01 do CH e 01 do PAN) e 01 voto contra da IL. ----------

4.31. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado em 10.03.2020, respeitante ao Contrato de Serviço Público de Transporte Rodoviário de passageiros explorado pela STCP – Autorização dos Encargos Plurianuais". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4.31.** ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 44 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do CDS-PP, 02 do BE, 01 do CH e 01 do PAN) e 03 abstenções (02 da CDU e 01 da IL). ----------

4.32. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Construção do CACI de Canidelo – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão e Lar Residencial – Repartição de Encargos, nos seguintes termos: ----------

- Ano 2025 - € 1.960.000,00 + IVA (€ 2.056.400,00) dois milhões e cinquenta e seis mil e quatrocentos euros;
- Ano 2026 - € 2.940.000,00 + IVA (€ 3.116.400,00) três milhões, cento e dezasseis mil e quatrocentos euros".----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4.32.** ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

4.33. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Construção do Ginásio do Meiral – Repartição de Encargos, nos seguintes termos: ----------

• Ano 2025 – € 600.000,00 + IVA (€ 636.000,00) seiscentos e trinta e seis mil euros; ----------

• Ano 2026 – € 600.000,00 + IVA (€ 636.000,00) seiscentos e trinta e seis mil euros". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.33. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

4.34. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Empreitada 2021.AQMPM.4.12 | Beneficiação do Pavimento na Rua do Futebol Clube de S. Félix da Marinha, Rua de S. Mamede (entre a Rua de Casais e a Rua da Igreja), Rua Nova do Outeiro e Travessa Nova do Outeiro, União de Freguesias de Serzedo e Perosinho – Autorização dos Encargos para os anos seguintes, em cumprimento do art.º 22.º do DL 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, o valor de € 250.076,90 (duzentos e cinquenta mil e setenta e seis euros e noventa cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.34. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

4.35. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto às seguintes Posturas Municipais de Trânsito: ----------

• Posturas Municipais de Trânsito na Freguesia de Arcozelo e na União de Freguesias de Gulpilhares e Valadares; ----------

• Posturas Municipais de Trânsito na União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso;

•Posturas Municipais de Trânsito na Rua Nossa Senhora das Dores, União de Freguesias de Serzedo e Perosinho; ----------

• Postura Municipal de Trânsito na Rua de Raimundo de Carvalho, Freguesia de Oliveira do Douro". -------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.35. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

4.36. da Ordem de Trabalhos "Informação Escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e da situação financeira do Município". ----------

Foi apreciada a Informação Escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e da situação financeira do Município. ----------

Senhor Deputado João Emanuel de Gouveia Martins (BE) disse que após a leitura da Informação Escrita, se congratulavam com o início da elaboração de estudos, projetos e tramitação para equipamentos escolares. A sua questão tinha como base um relatório circunstanciado da coordenadora do estabelecimento da Escola Básica de Vilar, a Drª Teresa Pinto, que após um longo calvário de troca de e-mails, viu-se forçada, pelo supremo interesse dos seus alunos, que frequentam aquele estabelecimento de ensino, a endereçar a todos os grupos parlamentares e também ao sr. Presidente um email circunstanciado com informação clara, sem BCC, e portanto, todos os emails tinham sido identificados. Foram visitar aquele estabelecimento de ensino e teciam algumas considerações. A primeira era que se a ASAE visitasse a escola, a primeira coisa que faria era encerrar a cantina desse estabelecimento, pelas condições que tinha. Que os discentes tinham um polivalente, com alguma dificuldade de o caracterizar assim, onde cabiam à vontade dez alunos. Sabendo que o estabelecimento tinha 19 alunos no jardim de infância, 85 alunos no primeiro ciclo e, portanto, no total, 104 alunos as condições, de facto, eram muito terríveis para aqueles alunos. Depois, referiu que as batas do pessoal não discente, tiveram de ser compradas pelos funcionários. Perguntou para quando a reabilitação do estabelecimento. Apesar de não serem militantes do PAN, na página 17 havia um relatório e os números eram da atividade que ia desde o dia 17 de setembro a 5 de novembro e que foram abatidas em Vila Nova de Gaia 25 árvores. Acreditavam ter sido por motivos relevantes, mas ainda no mesmo quadro perguntavam porque foram plantadas apenas 9, e não foram então plantadas 25 árvores. Também no âmbito de Bombeiros e Protecção civil, no dia 3 de dezembro, foram alertados por um munícipe de Vila Nova de Gaia, e avô de uma utente do equipamento situado na entrada pela Rua dos Polacos, de uma derrocada que provocou desabamento das traseiras desse mesmo equipamento, Creche Jardim de Infância. Sublinhavam que a responsabilidade não era da Câmara Municipal, acreditavam ter sido resultado de uma obra aí começada. Queriam saber qual o papel que a Câmara teve junto do construtor acerca da mesma derrocada.

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues respondeu ao senhor deputado que assistíamos todos a um processo de desinstitucionalização, um pouco por todo o lado, demonstrado pela forma, como referiu a abordagem. Uma coordenadora de escola, como o deputado sabia, não tinha poder para interpelar as entidades. Um agrupamento de escolas, tinha na direção uma pessoa que representava o primeiro ciclo e o pré-escolar. E era com o agrupamento que a Câmara se relacionava institucionalmente.

Um deputado não podia receber um email duma coordenadora de escola e resolvia de forma voluntarista passar por cima do agrupamento, em vez de pegar no e-mail da senhora e ir falar com o agrupamento. Mas não, resolveu pegar e enviar para os grupos parlamentares e diretamente para o e-mail pessoal do presidente da Câmara, numa semana depois de ter sido visitada, pela equipa, na qual lhe foi anunciado o lançamento do concurso público, de 1 milhão €. E de momento a escola tinha uma reabilitação da zona envolvente, transformando-a num centro cívico altamente qualificado. Relativamente às árvores, o município abatia árvores sempre, e apenas, tão só e exclusivamente com pareceres escritos do Parque Biológico. Não havia árvores que fossem abatidas por razões políticas, porque se assim fosse as árvores todas da Avenida da República, de uma ponta à outra, já tinham ido à vida. Mas o político não mandava, os técnicos é que diziam se podiam ou não, e depois de fazerem uma avaliação fitossanitária.-Terminou dizendo ficar satisfeito porque o relatório da Câmara, afinal, não conseguia suscitar mais do que esse tipo de abordagens. ----------

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade,** conforme documento em anexo **(vide anexo 6)**. ----------

Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram 23 horas e 08 minutos do dia 19 de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Primeira Secretária da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.----------

A Primeira Secretária

(Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Albino Pinto de Almeida)

(1)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 1

19/12/2024

EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA, SENHORAS E SENHORES.

ASSUNTO: MUITO POUCA INFORMAÇÃO, SOBRE AS OBRAS PARADAS NA RUA ALTO DAS OLIVEIRAS E TRAVESSA - SANTA MARINHA VILA NOVA DE GAIA.

RETIRADA DOS POSTOS DA EDP E DOS POSTES DAS TELECUMONICAÇÕES? COLOCAÇÃO DE PASSEIOS PARA PEÕES? ENTERRAR OS CABOS SUBTERRÂNEOS? OBRAS PARA QUANDO?

A EX.MA SENHORA VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA SÓ FALA DO TAPETE.

E ENTÃO AS RESTANTES OBRAS FICAM PARA QUANDO? OBRAS QUE OS MORADORES PEDEM E SÃO PRECISAS, NA NOSSA RUA, FICAM ESQUECIDAS? SERÁ QUE PASSAM AO LADO? VOLTOU A DIZER-NOS QUE ESTÃO PREVISTAS PARA O PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2025 SERÁ QUE AS COISAS VÃO ACONTECER NO TERRENO DESTA VEZ? OU SERÁ MAIS UMA PROMESSA QUE CONTINUA NO PAPEL?

SE SUAS EXCELÊNSSIAS AS NÃO QUEREM EXECUTAR, DIGAM AOS MORADORES, E NÃO NOS OBRIGUEM A FALAR SEMPRE DOS PONTOS DE INTERROGAÇÃO.

A SEGUIR OS MORADORES VÃO PEDIR AJUDA AO EX.MO SENHOR PROVEDOR DE JUSTIÇA, ANDAMOS NISTO DESDE 2019.

VÁMOS A REUNIÕES DE CÂMARA VÁRIAS VEZES, CONTINUANDO TUDO NO PAPEL E POUCA OU NADA SABEMOS.

OS MORADORES DESTA RUA ACIMA INDICADA RESIDEM NUMA ILHA CERCADA POR AUTO ESTRADAS EM TODA A VOLTA, MAS QUANDO AS AUTO ESTRADAS FORAM CONSTRUIDAS, JÁ HAVIAM MORADIAS CONSTRUIDAS, COMO TAMBÉM OS MORADORES.

JÁ NÃO BASTA OS MORADORES VIVEREM NESTA SITUAÇÃO, COMO TAMBÉM ESTAMOS A SER IGNORADOS/ESQUECIDOS PELO PODER POLÍTICO LOCAL, A QUEM TEM POR MISSÃO, TOMAR DECISÕES POSITIVAS.

VAMOS CONTINUAR A LUTAR, ATÉ QUE O PODER POLÍTICO LOCAL, RESOLVA ESTES PROBLEMAS DOS MORADORES.

FORAM ESTRAIDAS FOTOGRAFIAS, PARA MOSTRAR NESTA ASSEMBLEIA COMO SE ENCONTRA O ESTADO DA RUA, DEGRADANDO-SE CADA VEZ MAIS.

OS MORADORES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º _____

ANEXO N.º 2
ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

INTERVENÇÃO NA ASSEMBLEIA DA CÂMARA V.N. DE GAIA, 19/12/2024

EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA MESA, SENHORES DEPUTADOS, EX.AS.

BOA NOITE A TODOS OS PRESENTES.

- DANDO CONTINUIDADE AO EXPOSTO PELO SR. MANUEL RIBEIRO, E EM NOME DOS MORADORES DA RUA E TRAVESSA ALTO DAS OLIVEIRAS - SANTA MARINHA, PERMITAM-ME JUNTAR MAIS ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.
- - EXAS., COMO SABEMOS ESTAMOS A CHEGAR AO FIM DE MAIS UM ANO, OU SEJA, FIM DO ANO DE 2024 !..
- - FOI UM ANO DE LUTAS CONSTANTES, PELOS DIREITOS, CANSEIRAS E, NECESSIDADES DOS MORADORES DAS ARTÉRIAS ACIMA REFERIDAS.
- - E, OLHANDO PARA TRÁS, O QUE VEMOS ?.. TUDO PARADO, NO QUE SE REFERE Á CONTINUIDADE DAS NOSSAS PRETENÇÕES !..
- - NÃO ESTAMOS A "PEDIR" O SOL OU A LUA, APENAS O BEM-ESTAR BÁSICO DAS POPULAÇÕES QUE DIARIAMENTE UTILIZAM ESTAS RUAS, SEM TEREM OUTRA ALTERNATIVA POSSÍVEI .
- - SENHORES AUTARCAS, O TEMPO URGE, UTILIZEM E DISTRIBUAM AS VERBAS A QUE TEEM DIREITO. POIS A CONJUNTURA É FAVORÁVEL, E QUE CERTAMENTE NÃO DURARÁ PARA SEMPRE !..
- - 2026 ESTÁ A CHEGAR, E DEPOIS,O QUE SE SEGUIRÁ, SEM A AJUDA DO " PRR" ?..
- - NOTÍCIAS NOS CHEGAM, DIZENDO QUE, AS AUTARQUIAS , ESTÃO COM UM PODER FINANCEIRO COMO JAMAIS ESTIVERAM !...
- - NOTÍCIAS NOS CHEGAM, DIZENDO QUE JÁ NÃO VAI HAVER TEMPO . PARA CUMPRIR TODOS OS PLANOS DO "PRR" !..
- - E AGORA, EM QUEM ACREDITAR ? - NÓS QUE VEMOS A POPULAÇÃO RECLAMANDO PELAS SUAS NECESSIDADES MAIS PREMENTES, SENTIMOS PENA, E UM CERTO DESALENTO, AO SABER QUE OBRAS E BENFEITORIAS, QUE JÁ PODERIAM ESTAR FEITAS, E QUE AINDA NÃO SE FIZERAM.

  SOMOS UNS AMIGOS DE "GAIA" , E AGORA PERGUNTAMOS ? O QUE FALHOU AFINAL ?..

Com desejos de boas festas

Domingos Ferreira Pinto
Manuel Coelho Ribeiro

MEMÓRIAS DE UM FILHO SOBRE O MELHOR PAI

OU

HISTÓRIA DE PAI, CONTADA PELO FILHO

Ano de 1910. O começo de vida para um pai maravilhoso.

António era o seu nome. Pinto o seu sobrenome de família, que viria a vincular pela vida fora, e que viria a ser a pessoa mais bem amada da terra.

Da sua mocidade pouco se sabe, penas que pertencia a uma família de agricultores modestos, constituída por pai, mãe e quarto filhos, vivendo apenas do que a terra arrendada lhes dava, ou seja do que sobrava depois de pagarem ao proprietário a renda anual.

Até aos quinze anos, foi lavrador mas vendo que a terra não dava para todos.

Aprendeu a arte de pedreiro e mais tarde a sua profissão principal que foi a de carpinteiro.

Carpinteiro arte difícil em que além da carpintaria, se tinha que ser polivalente, ou seja, ser tanoeiro, carroceiro, marceneiro, ou mesmo serrador.

Homem inteligente, no seu ramo de actividade, sentiu a necessidade de aprender a ler e escrever, coisa rara nesses tempos, em que eram raros os mestres escolas dispostos a ensinar os adultos. – Conseguiu no entanto encontrar alguém que se dispôs a pelo menos ensinar-lhe a escrever o seu nome, o que veio a fazer-lhe muito jeito pela vida fora.

Homem trabalhador, que apesar de nova não parava de aproveitar todos os momentos da vida, (pois que segundo reza a história), teve muitos namoros, arrepanhou desventuras, algumas delas quais bem caricatas, mas que não são agora para aqui chamadas.

Homem honesto e aprumado, que emanava simpatia por todos quanto com ele conviviam, ao ponto das raparigas lá da aldeia, fazerem pequenas guerras, só para conseguirem namorar com ele..

- NOTÍCIAS NOS CHEGAM DIZENDO QUE, AS AUTARQUIAS , ESTÃO COM UM PODER FINANCEIRO COMO JAMAIS ESTIVERAM !...
- NOTÍCIAS NOS CHEGAM, DIZENDO QUE JÁ NÃO VAI HAVER TEMPO , PARA CUMPRIR TODOS OS PLANOS DO "PRR" !..
- E AGORA, EM QUEM ACREDITAR ? - NÓS QUE VEMOS A POPULAÇÃO RECLAMANDO PELAS SUAS NECESSIDADES MAIS PREMENTES.

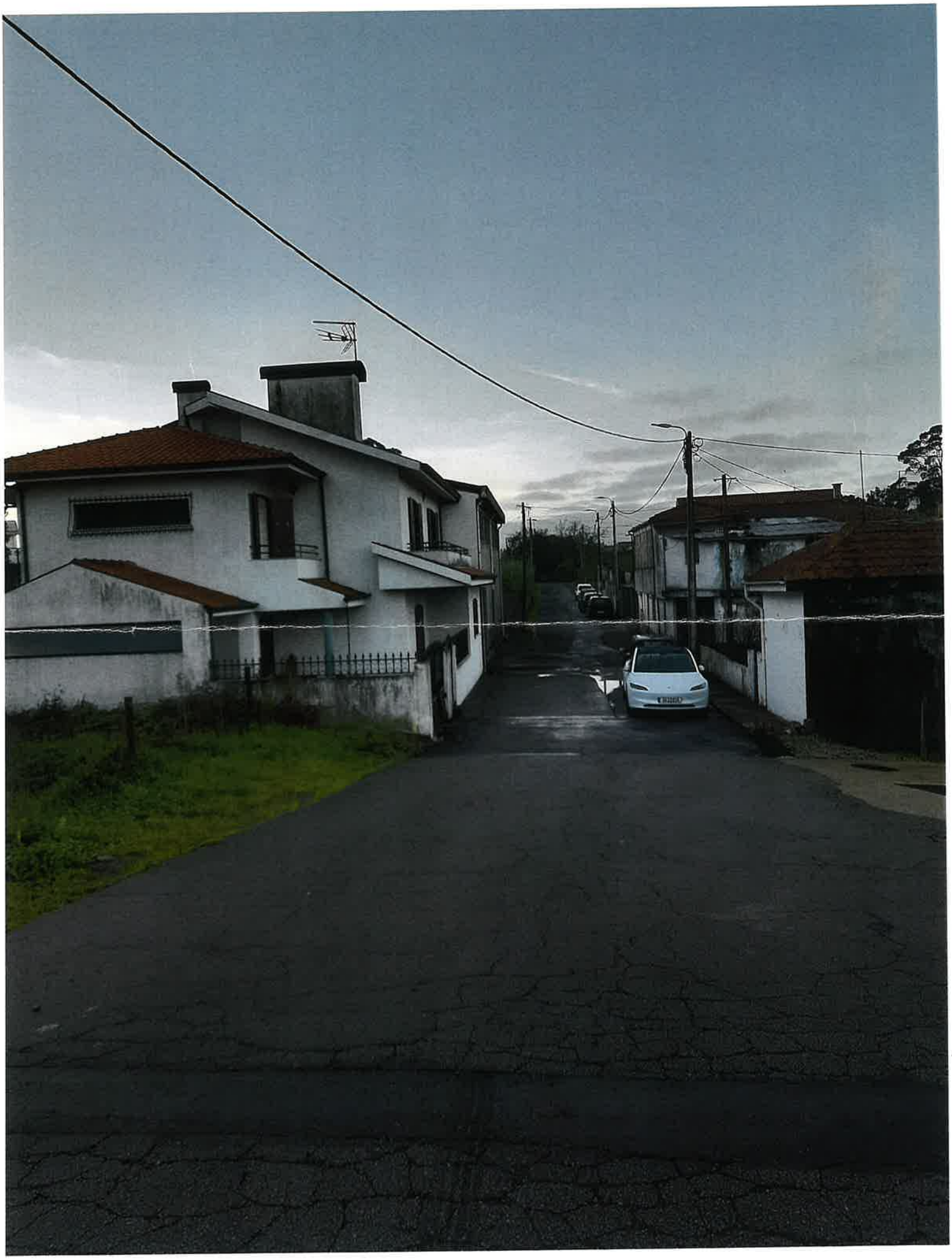
SENTIMOS PENA, E UM CERTO DESCONFORTO AO SABER QUE OBRAS E REINFEITORIAS QUE JÁ PODERIAM ESTAR FEITAS, E QUE AINDA NÃO SE FIZERAM.

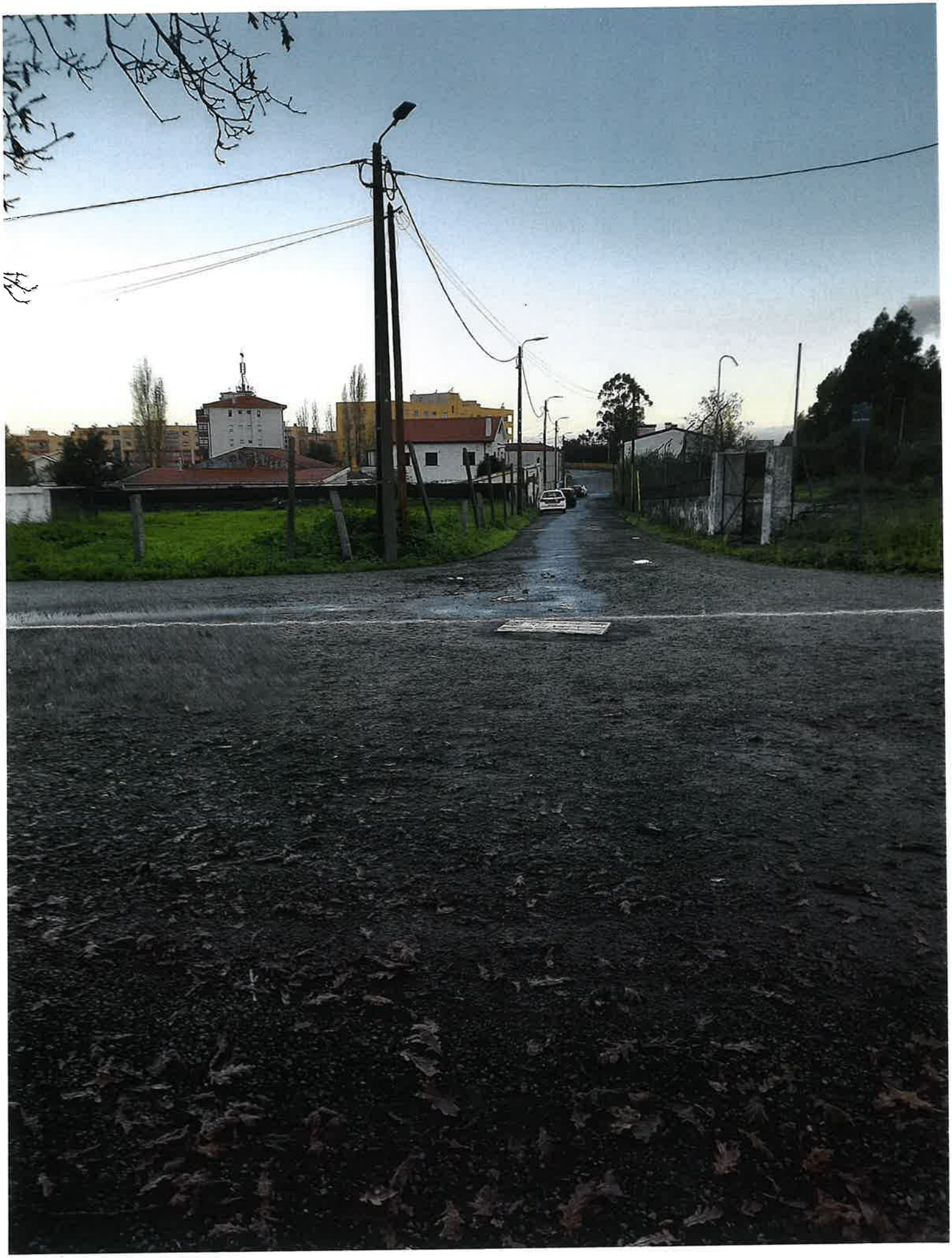
SOMOS UNS AMIGOS DE "GAIA" , E AGORA PERGUNTAMOS ? O QUE FALHOU AFINAL ?..

Com desejos de boas festas

Domingos Ferreira Pinto

Manuel Coelho Ribeiro





3

VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 3

APROVADO POR UNANIMIDADE

Voto de Pesar

Heitor Carvalheiras, natural da freguesia de Silvares, Lousada, faleceu no passado sábado 14 de dezembro, aos 84 anos. Foi presidente da Câmara Municipal de Gaia Eleito pelo Partido Socialista tendo liderado a autarquia entre 1990 e 1998, depois de ter sido vereador de 1983 a 1990. Foi o primeiro Presidente de Junta de Freguesia a ser eleito em Democracia.

Heitor Carvalheiras, enquanto presidente da Junta de Freguesia de Canelas, sabendo dos reduzidos proventos ordinários e das dificuldades orçamentais das juntas, então parentes pobres do poder local, quando foi eleito presidente da Câmara de Vila Nova de Gaia tomou a decisão de duplicar os valores do FEF de cada junta, permitindo-lhes alguma maior autonomia financeira e o estabelecimento de programas de atividades próprios, bem como o apoio às coletividades da freguesia.

O Município perdeu um homem de valores, íntegro e dedicado, que serviu Vila Nova de Gaia com todo o seu coração e deixou um forte legado na preservação do património do concelho, na educação, na saúde, na habitação, na justiça e na defesa do meio ambiente.

A Autarquia decretou o luto municipal no passado dia 16 de dezembro, dia em que decorreu o funeral de Heitor Carvalheiras e esta Assembleia Municipal guardará nesta Assembleia um minuto de silêncio em sua memória

À família e aos amigos, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia deixa as suas sentidas condolências.

Vila Nova de Gaia, 19 de dezembro de 2024

4

APROVADO POR

UNANIMIDADE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 4

Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

19 de dezembro de 2024

Voto de Saudação
34 anos da Libertação de Nelson Mandela

A 11 de fevereiro de 1990, um dos líderes sul-africanos contra o regime do apartheid, Nelson Mandela foi libertado após 27 anos de cárcere.

Mandela, com 71 anos, discursou após a sua libertação perante uma multidão convicta que o derrube do regime colonialista e racista estava por findar. A sua palavra reacendeu a esperança pelo início de um novo caminho pela democracia e pela paz.

A tentativa de silenciar as ideias políticas de Nelson Mandela e de todas as pessoas que se opunham contra o apartheid culminou em várias prisões arbitrárias. No entanto, Mandela nunca abandonou as suas ideias revolucionárias e continuou a lutar pela liberdade e igualdade das pessoas negras na África do Sul e no continente africano.

Em 1993, foi galardoado com o Nobel da Paz devido ao seu importante papel pelo fim regime do apartheid e a todas as discriminações raciais e segregacionistas que as pessoas negras estavam sujeitas

Nelson Mandela e o seu legado são uma referência a nível mundial, inspiram-nos a lutar pela democracia, pela paz e pela igualdade de todos as pessoas. É fundamental recordar Mandela para ensinar a todas as gerações que a liberdade é uma conquista que deve ser preservada todos os dias, lutando sempre para garantir o bem-viver de todas as pessoas.

A Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em 19 de dezembro de 2024, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2 alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

1. Saudar os 34 anos da Libertação de Nelson Mandela

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda,

João Martins

Nelson Silva

Em caso de aprovação, mais decide a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia remeter a presente saudação à Exma. Sra. Embaixadora da República da África do Sul, em Portugal.

RETIRADO

GAIA PSD PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 5

Proposta de Recomendação

Instalação de Desfibrilhador Automático Externo (DAE) em locais públicos

A saúde deve ser uma prioridade fundamental para qualquer município. A implementação de mais Desfibrilhadores Automáticos Externos (DAE) em locais públicos é uma medida crucial, suscetível de salvar vidas em situações de paragem cardiorrespiratória (PCR), um evento clínico da maior emergência em que o tempo é decisivo e o DAE um instrumento de atuação fundamental.

Em ambiente extra-hospitalar, a instalação de mais DAE e a capacitação de pessoas para atuar em caso de PCR irá aumentar a probabilidade de sobrevivência da vítima até à chegada de elementos do INEM.

Segundo o *Jornal do Algarve*, Albufeira é o concelho do país com maior número de DAE instalados na via pública e acessíveis à população 24 horas por dia, sete dias por semana. A par desta importante medida, este concelho apresenta um programa comunitário de formação no curso de suporte básico de vida (SBV) com DAE[1].

Neste sentido, e paralelamente à instalação de mais DAE, o nosso município deve promover ações de formação de pessoas como socorristas de proximidade que possam reconhecer a situação de PCR e atuar adequadamente até à chegada do INEM.

Tanto quanto sabemos, embora não saibamos em que medida, a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia procurou cumprir o Decreto-Lei nº 184/2012, nomeadamente, nos locais onde é obrigatória a instalação de DAE, como, entre outros, estações ferroviárias, de metro e de camionagem com fluxo médio diário superior a 10 000 passageiros, estabelecimentos comerciais, recintos desportivos, de lazer e recreio com lotação superior a 5000 pessoas.

Também entidades privadas já equiparam as suas instalações com este equipamento. No entanto, há espaços públicos de grande afluência que continuam a não dispor do necessário e adequado investimento neste domínio.

---

[1] Pesquisado em https://jornaldoalgarve.pt/albufeira-tem-o-maior-numero-de-equipamentos-de-desfibrilhacao-automatica-externa/, em 05.12.2024.

Dado o exposto, o Grupo de Deputados do Partido Social Democrata de Vila Nova de Gaia propõe:

1. Colocar DAE em ou junto de espaços públicos (estações de metro, jardins municipais, praias, etc.) e proporcionar programas de formação em suporte básico de vida (SBV) a funcionários e outras pessoas, de modo que saibam como e quando operar os DAE.
2. Desenvolver programas de capacitação da população em SBV e a inerente utilização dos DAE.
3. Implementar um sistema de manutenção e monitorização regular dos DAE, garantindo que estejam sempre operacionais (desde logo, repondo os consumíveis gastos).

Como deduzimos do anteriormente expresso, não só a instalação de DAE como a capacitação da população Gaiense constitui uma medida fundamental para diminuir, no nosso concelho, a taxa de mortalidade e morbilidade associada à PCR fora do contexto hospitalar.

Neste sentido, submetemos a presente proposta de recomendação à apreciação desta Assembleia Municipal e apelamos à sua aprovação.

Vila Nova de Gaia, 19 de dezembro de 2024

O Grupo de Deputados do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

6

VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 6

MINUTA DE ATA Nº 63

Reunião Ordinária de 19.12.2024

Ao décimo nono dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em Sessão Ordinária, tomou as seguintes deliberações:

1. Foram, no Período de Antes da Ordem do Dia, votados os seguintes documentos:

a) Foi um, **Voto de Pesar,** apresentado por todos os Grupos Municipais, "pelo falecimento de Heitor Carvalheiras", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

b) Foi um, **Voto de Saudação,** apresentado pelo Grupo Municipal do BE, "34 anos Libertação de Nelson Mandela", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

c) Foi um, **Voto de Recomendação,** apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, "Instalação de Desfibrilhador Automático Externo (DAE) em locais públicos", **retirado por solicitação do Grupo Municipal do PSD**. ----------

2. No Período da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações: ----------

a) **Foi o Ponto 4.29. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Programa Municipal de estágios remunerados (PMER) – Edição 2024 – Aprovação da composição do júri e atualização da percentagem a considerar na atribuição da Bolsa dos Estágios", **Aprovado por Maioria**, com 46 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do CDS-PP, 02 do BE, 02 CDU, 01 do CH e 01 do PAN) e 01 abstenção da IL. ----------

b) **Foi o Ponto 4.30. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao 2º Edital de Oferta Pública de Aquisição de Imóveis para implementação de projetos no âmbito do Investimento RE-C02-I01/2021 - Componente 02 – Habitação – Parte A – Aprovação do Relatório Final e da Minuta Tipo de Escritura de Compra e Venda", **Aprovado por Maioria**, com 46 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do CDS-PP, 02 do BE, 02 CDU, 01 do CH e 01 do PAN) e 01 voto contra da IL. ----------

c) **Foi o Ponto 4.31. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado em 10.03.2020, respeitante ao Contrato de Serviço Público de Transporte Rodoviário de passageiros explorado pela STCP – Autorização dos Encargos Plurianuais", **Aprovado por Maioria**, com 44 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo

Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do CDS-PP, 02 do BE, 01 do CH e 01 do PAN) e 03 abstenções (02 da CDU e 01 da IL). ----------

d) **Foi o ponto 4.32. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Construção do CACI de Canidelo – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão e Lar Residencial – Repartição de Encargos, nos seguintes termos: --------

- Ano 2025 - € 1.960.000,00 + IVA (€ 2.056.400,00) dois milhões e cinquenta e seis mil e quatrocentos euros; ----------
- Ano 2026 - € 2.940.000,00 + IVA (€ 3.116.400,00) três milhões, cento e dezasseis mil e quatrocentos euros". ----------

Aprovado por Unanimidade. ----------

e) **Foi o ponto 4.33. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Construção do Ginásio do Meiral – Repartição de Encargos, nos seguintes termos: ----------

- Ano 2025 – € 600.000,00 + IVA (€ 636.000,00) seiscentos e trinta e seis mil euros; ------
- Ano 2026 – € 600.000,00 + IVA (€ 636.000,00) seiscentos e trinta e seis mil euros". -----

Aprovado por Unanimidade. ----------

f) **Foi o ponto 4.34. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Empreitada 2021.AQMPM.4.12 | Beneficiação do Pavimento na Rua do Futebol Clube de S. Félix da Marinha, Rua de S. Mamede (entre a Rua de Casais e a Rua da Igreja), Rua Nova do Outeiro e Travessa Nova do Outeiro, União de Freguesias de Serzedo e Perosinho – Autorização dos Encargos para os anos seguintes, em cumprimento do art.º 22.º do DL 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, o valor de € 250.076,90 (duzentos e cinquenta mil e setenta e seis euros e noventa cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor", **Aprovado por Unanimidade.**

g) **Foi o ponto 4.35. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto às seguintes Posturas Municipais de Trânsito: ----------

- Posturas Municipais de Trânsito na Freguesia de Arcozelo e na União de Freguesias de Gulpilhares e Valadares; ----------
- Posturas Municipais de Trânsito na União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso;
- Posturas Municipais de Trânsito na Rua Nossa Senhora das Dores, União de Freguesias de Serzedo e Perosinho; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Rua de Raimundo de Carvalho, Freguesia de Oliveira do Douro". ----------

Aprovado por Unanimidade. ----------

h) **Foi Apreciada a** "Informação Escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e da situação financeira do Município", **referente ao Ponto 4.36. da Ordem de Trabalhos.**

E, nada mais havendo a tratar, foi esta reunião dada por encerrada eram 23 horas e 08 minutos do dia 19 de dezembro de 2024, da qual se lavrou a presente Minuta de Ata, a qual vai ser lida e assinada pela Senhora Primeira Secretária e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e que foi **Aprovado por Unanimidade.** ----------

PRIMEIRA SECRETÁRIA

(Maria Fernanda Almeida M. Sousa, Dr.ª)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Albino Almeida, Dr.)